

# O QUOTIDIANO MUSICAL NO FIM DA EUROPA NO SÉCULO XVII: UMA PERSPECTIVA SOBRE OS PRIMEIROS ANOS DO CONVENTO DE S. BOAVENTURA EM SANTA CRUZ DAS FLORES

Luis Henriques\*

## RESUMO

A presença de franciscanos no arquipélago das Açores data praticamente dos primórdios da ocupação das ilhas, sobretudo a partir de meados do século XV. Esta Ordem teve um papel central e determinante na orientação religiosa das comunidades insulares fundando conventos em oito das nove ilhas agorinas. Entre estes encontra-se o convento de S. Boaventura na vila de Santa Cruz, ilha das Flores, casa fundada em 1617 através dos esforços do Padre Ignácio Coelho, na altura Vigário da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição desta vila. A história da fundação deste convento foi relatada por Fr. Diogo das Chagas, irmão de Ignácio Coelho, na sua crónica *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, mais tarde também referida por Fr. Agostinho de Monte Alverne nas *Crónicas da Província de São João Evangelista das Ilhas dos Açores*. No que respeita à actividade musical destas comunidades religiosas açorianas, não se conhecem referências significativas relativamente ao século XVII. Também não se conhecem livros de coro ou outro tipo de documento musical anterior ao século XVIII. Porém, a partir de alguns relatos dos cronistas anteriormente mencionados, como também de documentação avulsa, consegue-se perspectivar como estaria organizada e qual o percurso em termos de desenvolvimento da liturgia musical Franciscana no convento de S. Boaventura ao longo do século XVII. Partindo destas referências, o presente estudo propõe uma leitura, embora incompleta pela ausência de fontes musicais directas, das sucessivas organizações da estrutura litúrgico-musical de S. Boaventura, através de uma análise comparativa com outros exemplos melhor documentados, assim como os livros regulares e litúrgico-musicais da Ordem Franciscana no século XVII.

## Palavras-chave

\*CESEM - Universidade de Évora

A Ordem dos Frades Menores teve uma importante acção nos movimentos de descoberta das ilhas dos Açores e o seu consequente povoamento, estabelecendo-se em oito das nove ilhas do arquipélago açoriano. Os franciscanos estiveram na linha da frente, chegando nos primeiros navios portugueses que às ilhas aportaram, servindo de orientadores espirituais das primeiras gentes que se estabeleceram no arquipélago. Os religiosos terão desembarcado na ilha de Santa Maria, por volta de 1486, porém, não estabelecendo uma comunidade residente devido às dificuldades de implantação num território inóspito e ainda muito pouco povoado. Terão erguido na ilha um "limitado oratório, formando comunidade de prelado, com seus súbditos" (Monte Alverne, 1960: I, 89). Porém, por faltar a licença, recorreram ao Papa Nicolau V, sendo-lhe esta concedida a 28 de Abril de 1490, não se concretizando devido à fraca implantação desta comunidade religiosa na ilha. Deste relato de Fr. Agostinho de Monte Alverne percebe-se que os grupos de religiosos iam construindo os respectivos edifícios conventuais de forma gradual, iniciando com um oratório e o indispensável à celebração dos ofícios diários, expandindo posteriormente para a construção de um edifício de maior dimensão conforme o fluxo de doações locais. O povoamento dos Açores, embora dependente espiritual e temporalmente da Ordem de Cristo, viu na Ordem dos Frades Menores o desempenho de um papel determinante na orientação espiritual aos primeiros povoadores assim como a assistência aos mais carenciados e, numa fase posterior, a criação de um sistema de ensino que durante vários séculos constituiu o único meio de instrução às populações insulares (Costa, 2008: 420).

Em termos da organização da Ordem no arquipélago açoriano, os primeiros franciscanos que chegaram a Santa Maria vieram por intermédio do ermitério do Funchal. Por volta de 1482 foi criado outro ermitério em Angra, criando-se a chamada *Figariaria* das ilhas após 1478. Durante o século seguinte os franciscanos açorianos estiveram sob a obediência da Custódia do Porto, sendo transferidos para a Província de São João Evangelista dos Algarves. Em 1594 formam a Custódia dos Açores subordinada à Província dos Algarves. A partir de 1630 os religiosos açorianos iniciaram um processo para a obtenção de independência administrativa relativamente à Província dos Algarves, de quem estavam dependentes, ainda mais vinculada com a tentativa de criar uma Província no arquipélago, uma vez que por essa altura ascendia a uma dezena o número de conventos nas ilhas. Estas as-

No final da primeira década do século XVII, estando já consolidado o povoamento, a ilha encontrava-se dividida em apenas três paróquias - Nossa Senhora do Rosário, na vila das Lajes; Nossa Senhora da Conceição, na vila de Santa Cruz e São Pedro, em Ponta Delgada - o que levou Fr. Diogo das Chagas a afirmar que havia outras povoações "muito capazes de serem freguesias, assim pelo muito povo, que cada qual tem, como pela muita distância do caminho" (Chagas, 1989: 541). Este número de paróquias era manifestamente insuficiente em relação ao número de povoados e o crescimento da população da ilha. A título de exemplo, a paróquia de Nossa Senhora do Rosário até 1678, data da criação da paróquia de Nossa Senhora dos Remédios das Fajãs, abrangia praticamente metade da ilha (correspondendo ao actual concelho de Lajes das Flores, as freguesias de Lomba, Fazenda, Lajes, Lajedo, Mosteiro, Fajãzinha e Fajã Grande) existindo apenas a igreja matriz na sede de paróquia. De forma a suprir a carência de orientação espiritual destas povoações foram enviados jesuítas do Colégio de Angra à ilha (como aconteceu no ano de 1596), assim como franciscanos enviados do convento de Angra, permanecendo durante algum tempo nas Flores e Corvo, onde não só celebravam missa como também confessavam e pregavam às populações (Cordeiro, 1717: 486). A carência de clérigos e outros religiosos que pudessem exercer uma acção de missão espiritual junto dos vários povoados da ilha terá estado certamente entre os principais motivos que conduziram a que o padre Ignácio Coelho tivesse feito doação para a fundação do convento de S. Boaventura.

É neste estado da organização eclesial da ilha que em 1641 foi fundado o convento de S. Boaventura da Ordem dos Frades Menores na vila de Santa Cruz das Flores. Foi padroeiro do convento o padre Ignácio Coelho, que era ouvidor e vigário da igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição da vila, cargos que ocupou até à sua morte, a 20 de Março de 1643 (Chagas, 1989: 540), após ter sido informado que haveria intenção de fundar um convento naquela ilha (Monte Alverne, 1992: III, 197). A escritura de doação para a fundação do convento foi realizada pelo tabelião João Lourenço na vila de Santa Cruz a 26 de Junho de 1641, tendo como testemunhas o padre Manuel de Almeida e Ferrão Gomes de Tapia (Gomes, 2003: 719)<sup>2</sup>. De acordo com o documento, o padre Ignácio Coelho, enquanto padroeiro do convento "tava para a casa e cerca de esmola o seu serrado que tem junto à fonte desta vila de Santa Cruz [...] que serão nove alqueires de

terra". Os frades teriam ainda dois moios de trigo anuais, para cera e azeite, e uma pipa de vinho para as missas. Por sua morte, o convento receberia ainda mais três moios de trigo anuais, ficando os frades obrigado a iniciar a fundação do convento no prazo de um ano e, caso contrário, ficaria o padre Ignácio Coelho desobrigado do padroado. Os religiosos ficavam ainda obrigados a sepulturar o seu corpo na capela-mor da igreja do convento, fazendo-lhe um ofício de corpo presente no dia do seu enterro e uma capela de missas anual, celebrando-lhe um ofício anual no dia do seu falecimento (que ocorres a 20 de Março). Para este ofício ficava o seu administrador obrigado a ofertar ao convento três sacos de trigo e dois carneiros, não pagando mais para a dita capela de missas e ofício (Gomes, 2003: 718).

A partir desta escritura percebe-se que os religiosos de S. Boaventura ficariam obrigados à celebração de um *officium defunctorum* no funeral do padre Ignácio Coelho, possivelmente de carácter solene. Este ofício incluía o ordinário e próprio da missa *pro Defunctis* e o responsório *Libera me*, junto à sepultura. De acordo com o Cerimonial Romano para uso dos Frades Menores, no momento da descida do corpo à sepultura seria cantado o responsório *Libera me, Domine*, seguindo-se a recitação do *Pater noster* após o canto do *Kyrie eleison*. Após vários momentos em que os cantores diriam *Requiescat in pace*, cantando em seguida junto à sepultura o salmo *De profundis clamavi* (Ceremoniale, 1640: 65-66). O *officium defunctorum* cantado no aniversário da morte do padre Ignácio Coelho, a 20 de Março, para além do ordinário e próprio da missa *pro defunctis*, incluía também os vários ofícios diários *pro defunctis*, nomeadamente os ofícios de Vésperas, Matinas e Laudes. Seguindo o Manual Romano para uso os franciscanos da província dos Algarves no século XVIII, o ofício de Véspera do *officium defunctorum* iniciava com a antífona *Placuit Dominus* (com o salmo 114), seguindo-se cinco antífonas e a antífona *ad Magnificat*. O ofício de Matinas inicia com o invitatório *Regem cui omnia vivas*, seguindo-se os três nocturnos, cada um composto por quatro antífonas (e igual número de salmos) e três responsórios intercalados com três lições do livro de Job. O ofício de Laudes inicia com a antífona *Exultabunt Domini*, seguindo-se cinco antífonas e a antífona *ad Benedictus*. Após o ordinário e próprio da missa, segue-se o responsório *Memento mei, Deus* que seria cantado alternadamente entre um cantor e os restantes religiosos da comunidade. Ao entrar o corpo na igreja, dois cantores iniciariam a antífona *Sabevende, Sancti Dei* com o salmo *Miserere, mihi Deus*.



Formosa da fachada principal da igreja (10-08-2016).  
 Convento de S. Boaventura (Museu das Flores). Fotos: autor

Depositado o corpo no meio da igreja, um cantor iniciaria o responsório *Sabemús, Sancte Dei*, seguido pelos restantes membros da comunidade (Conceição, 1758: I, 184-258).

No convento de São Boaventura, o quotidiano litúrgico-musical dos religiosos aí residentes foi-se desenvolvendo em várias fases, conforme o avanço da construção do edifício conventual. Apesar de não existirem referências detalhadas quanto a esta actividade, a descrição das tipologias dos espaços que os religiosos ocuparam permite, embora de forma algo incompleta, uma associação ao tipo de celebração dos officios diários e da missa, assim como das actividades desenvolvidas pelos mesmos, perspectivando assim a rotina litúrgico-musical da comunidade.

A fundação do convento foi aceite pelo vigário provincial a 25 de Agosto desse ano, enviando nesse mesmo mês à ilha das Flores como presidente e primeiro fundador Fr. Amado de Jesus para tomar posse do sítio para o novo convento. Aí ergueu um oratório onde assistiu junto com o pregador Fr. Diogo de Santo António até ao ano seguinte (Gomes, 2003: 724). Esta fundação foi aceite em definitivo a 11 de Abril de 1642. Durante este primeiro período de actividade no novo espaço, de características marcadamente provisórias, os dois religiosos pouco terão desenvolvido

para além da celebração da Missa e a pregação, uma vez que o número não permitiria a celebração das Horas Canónicas, como as comunidades mais numerosas. Neste período trata-se, sobretudo, de tomar posse do local e preparar o início da construção do edifício do convento<sup>4</sup>.

No mês de Julho de 1642 foi enviado como presidente o confessor Fr. Boaventura dos Anjos para presidir ao oratório levantado por Fr. Amado de Jesus e como pregador Fr. Nicolau da Vitória e um leigo (Monte Averno, 1962: III, 198). Estes religiosos foram encarregados de continuarem a fundação do convento e darem início à construção do edifício, tendo edificado um dormitório com quatro celas e refitório. Durante a cerimónia de bênção do dormitório era cantada a antífona *Saba sa, Domine*, junto com o salmo 120 (Conceição, 1758: II, 158). Para o oratório foi levado o Santíssimo Sacramento "com a solenidade devida, em o qual dia cantou missa o dito padre vigário Ignácio Coelho, e que fez a festa como convinha a tão alto mistério" (Gomes, 2002: 724). Este terá sido um momento marcante na vida litúrgico-musical do convento de S. Boaventura incluindo, embora não mencionada, uma procissão transportando o Santíssimo Sacramento da igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição para o novo oratório. À época, a Matriz possuía uma colegiada composta por quatro beneficiados com obrigação de coro, para além do vigário padre Ignácio Coelho, e uma cura (Drumond, 1990: 439). Estes clérigos terão participado nesta ocasião, uma vez que o próprio vigário da Matriz e padroeiro do convento, padre Ignácio Coelho, celebrou a missa que, de acordo com o *Livro do servento e de despesa*, foi realizada com a devida solenidade.

Partindo das indicações do Cerimonial Romano franciscano, a cerimónia de colocação do Santíssimo Sacramento nas igrejas paroquiais da ordem implicava o canto de várias rubricas do repertório monódico, vulgo cantechão. Desta forma, estava previsto o canto de *O sacras Corporis* ou *Tantum ergo Sacramentum* enquanto o celebrante incensava nos degraus do altar o Santíssimo Sacramento exposto. A adoração do Santíssimo Sacramento implicava o canto por parte do coro de religiosos do hino *Pange lingua gloriæ* podendo adicionar-se para a procissão os hinos *Sacri solemnæ*, *Verbum supernum* e *Jesu nostra redemptio*, *Aeternæ Rex altissime* ou ainda o *Te Deum laudamus*, *Benedictus* ou *Magnificat*. Estes hinos poderiam ser repetidos em ocasiões seguintes da cerimónia. Novamente, ao incensar o altar pelo celebrante, o coro deveria cantar *Tantum ergo Sacramentum*, seguindo a entoação

por um grupo reduzido do coro de *Primeiros de casa*, respondendo o coro na sua totalidade com *Omne delectantissimum...* (Carronovale, 1640: 17-20). Para a bênção da igreja os frades cantarão a antífona *Asperge me*, assim como o salmo *Miserere mei, Deus* em *alternatim*, dividindo-se o coro em duas partes, ocupando-se uma delas dos versos ímpares do salmo e a outra dos versos pares. Seguiu-se a antífona *Requie Domine*, com os salmos 119 e 120 associados (Conceição, 1758: II, 246-249).

Encontra-se uma descrição semelhante a esta no relato da transferência do Santíssimo Sacramento para a igreja do Convento de S. Francisco da cidade de Angra feito por Fr. Agostinho de Monte Alverne. De acordo com este cronista franciscano, a actual igreja do Convento de S. Francisco de Angra foi dedicada a igreja pelo então bispo de Angra D. Fr. Lourenço de Castro a 1 de Outubro de 1672. No dia seguinte foi para ela transferido o Santíssimo Sacramento estando presente o Cabido "e todo o mais aparato que na cidade havia", percorrendo em procissão várias ruas da cidade. Foi realizado um pontifical, pregando o frade dominicano Fr. Luís Lambert. No dia 3 de Outubro voltou a cantar-se missa, celebrando Fr. João de Lemos, frade agostiniano do convento de Nossa Senhora da Graça, pregando o bispo D. Fr. Lourenço de Castro (Monte Alverne, 1969: III, 28). Pelas instituições religiosas mencionadas na descrição de Monte Alverne, percebe-se que uma parte significativa da cidade de Angra esteve envolvida nesta cerimónia, nomeadamente o bispo e o cabido, o que, transposto para o contexto mais modesto de Santa Cruz das Flores, poderá ser implicado a participação já mencionada do vigário da Matriz da vila e, possivelmente, também da respectiva colegiada.

Um outro aspecto importante presente nas obrigações de Fr. Amado de Jesus e Fr. Nicolau da Vitória foi a construção de um dormitório com quatro celas, o que implicaria a vinda de quatro religiosos para o convento. Este número de religiosos asseguraria já certamente a obrigação de coro, ou seja, a celebração litúrgico-musical dos ofícios diários no convento. Desta forma, poderá assumir-se que foi a partir do ano de 1642 que a música - mais concretamente, o cantochão - terá sido introduzido de forma sistemática na rotina diária dos frades em S. Beaventura.

Na primeira congregação da província, realizada em Ponta Delgada a 18 de Dezembro de 1642, o oratório erigido por Fr. Amado de Jesus passou a vigiarária *in capite*, tendo como primeiro vigário Fr. Beaventura dos Anjos e visitador o pregador Fr.

Simão das Chagas. Foi ainda enviado mais um sacerdote, Fr. Baltazar dos Reis (Monte Alverne, 1962: III, 198). A 15 de Agosto de 1644 foi enviado pelo ministro provincial Fr. Mateus da Conceição, Fr. Sebastião de São Miguel como segundo vigário do dito oratório. Este religioso ficou também encarregado de continuar as obras no edifício. Durante este período foi construído um “dormitório alto e sobradado e o cobriu de palho”, iniciando também as obras da igreja “que deixou engalanada até ao meio e o não acabou por lhe cair a fronteira” já construída, “que tornou a erguer Fernão Gomes de Tapia à sua custa” (Gomes, 2003: 725). Fr. Simão de São Miguel regressou a 1 de Maio de 1649, como sucessor do vigário Fr. Bernardino de Santa Clara, tendo concluído a obra da igreja “e a cobriu com telha que estava e pôs no altar-mor um retábulo que tinha vindo de Angra”. Foi ainda no seu tempo construída a cozinha com uma grande chaminé, a casa de *profundo*<sup>8</sup>, realizando ainda obras no refatório (Gomes, 2003: 725). Nesse altar foi dita a missa da festa da Purificação de Maria, a 2 de Fevereiro de 1650 “com a solenidade possível” (Gomes, 2003: 725). Esta festa incluiu uma procissão das candelas pela vila de Santa Cruz, que terá incluído várias rubricas processionais de cantochão, em particular a antífona *Luxus ad revelationem*, com grande participação do povo da vila e arredores (Gomes, 2003: 725). Para além desta antífona, estava previsto o canto da antífona *Exurge, Domine, adjuva nos*. A comunidade, segurando as candelas acesas cantaria em

procissão a antífona *Adorae habitantem in domo Sion*, seguida da antífona *Respondens accepit Sionem a Spiritu Sancto*. O responsório *Obtulerunt pro se Dominum* seria cantado no momento em que a procissão entrasse na igreja (Conceição, 1758, I +11).

É ainda de referir a importante obra que foi realizada na igreja no tempo de Fr. Simão de São Miguel e que consistiu



Vista do refatório do convento, com a cozinha ao fundo, tomada a partir da casa de *profundo* (23-08-2017). Convento de S. Boaventura (Museu das Flores).





“Vista do coro alto da igreja tomada a partir da capela-vest (15-08-2017).  
Convento de S. Boaventura (Museu das Flores).”

frades” (Gomes, 2003: 726). Esta passagem parece fazer referência a elevado número de religiosos no convento durante a presidência de Fr. João de São Ago. Porém, não se encontra mais detalhe que permita uma ideia mais rigorosa sobre o tamanho da comunidade religiosa de S. Boaventura em meados do século XVII. O número de religiosos certamente seria influência determinante no tipo de officios litúrgico-musicais celebrados no convento. É de crer que a comunidade do convento de S. Boaventura não tenha ultrapassado a dezena de religiosos durante a sua existência o que, apesar de não colocar em causa a rotina litúrgico-musical diária, não deve ter permitido grande solenidade musical para além do canto-chão. A reforçar esta ideia surge a expressão “com a solenidade possível”, atrás mencionada referindo-se à festa da Purificação de Virgem. Como se tem visto, o edifício do convento - nomeadamente a igreja, local central da celebração musical - foi construída gradualmente de acordo com as doações feitas para o efeito. Deste modo, a celebração dos officios e missas, quer feriais, quer festivos, terão sido realizados conforme as transformações ocorridas nos espaços físicos. Ao tempo em que Fr. Diogo das Chagas escreveu o *Epistola Cristalino*, refere o autor

na construção do coro alto da mesma, com uma tribuna que o liga ao púlpito. O primeiro officio que se cantou neste novo espaço da igreja começou no officio de Vésperas para a festa da Assunção da Virgem a 15 de Agosto de 1651 (Gomes, 2003: 726). Esta festividade incluía a celebração dos officios de forma solene, com officio de nove lições (Matinas solenes).

Em 1662 foi eleito na junta que se realizou em Angra como presidente do convento de S. Boaventura Fr. João de São Ago, que ocupou este cargo durante um ano e três meses, “em o qual tempo teve muitos



Vista da capela-mor da igreja tomada a partir da coroa alta (28-06-2017).  
Convento de S. Boaventura (Mosta das Flores).

que a comunidade de S. Boaventura era composta por seis religiosos (Chagas, 1969: 346). Este seria um número aceitável para a época, uma vez que por essa altura tinha sido construído um dormitório com apenas quatro celas. Já no tempo em que Fr. Agostinho de Monte Alverne escreveu as suas *Crônicas da Província de S. João Evangelista*, este autor refere "sete religiosos de ordinário" no convento (Monte Alverne, 1969: III, 198). Entre Fr. Diogo das Chagas, que escreve na década de 40 do século XVII, e Fr. Agostinho de Monte Alverne, que escreve no final do mesmo século, o número de religiosos ter-se-á mantido entre os seis e os sete. Este é um número razoável para uma comunidade pequena e isolada como a de S. Boaventura de Santa Cruz das Flores, uma vez que, a título de exemplo, as ordens que surgiram no período moderno, como é o caso dos frades capuchinhos (ordem reformada dos franciscanos) ou os carmelitas descalços, o número de religiosos por convento oscila entre os oito e os dezasseis. Ainda a título de exemplo, o convento de S. Francisco da vila de Velas na ilha de S. Jorge possuía em meados do século XVII oito religiosos (Monte Alverne, 1969: III, 215).

Os constrangimentos relativamente aos espaços de celebração

dos edifícios não cessaram e, em 1655, "arruinou a parede da Igreja pela banda de dentro e foi necessário derrubá-la", tirando-se toda a armação da igreja (Gomes, 2008: 726). No ano anterior havia entrado, a 1 de Julho, na presidência do convento o pregador Fr. Ignácio da Conceição, que permaneceu neste cargo quatro meses, tendo dado início à construção da capela-mor da igreja. Crê-se que fosse o oratório mencionado anteriormente que, entretanto, estaria arruinado, sendo a construção da capela-mor uma reconstrução do espaço. A construção da capela continuou sob a presidência de Fr. João de Santo Ago, eleito em 1 de Novembro de 1654. Nesta capela abriu-se uma canga junto ao altar para onde se trasladaram os ossos do padre Ignácio Coelho, como havia sido estipulado na escritura de doação. Apesar de não referida, a transferência dos restos mortais do padroeiro do convento para o novo local terá certamente implicado uma cerimónia litúrgico-musical de alguma solenidade uma vez que se tratava de uma figura central na história da comunidade. No caso da trasladação do corpo de Fr. Mateus da Conceição para o convento de Angra, foi realizado um *officium defunctorum*, seguido de missa cantada pelo prelado do dito convento e o responsório *Libera se* (Monte Alverne, 1992: III, 43).

Em Julho de 1655 veio para presidente e visitador do convento de S. Boaventura Fr. Bernardino de Santa Clara, sucedendo a

Fr. Ignácio da Conceição, que havia permanecido apenas quatro meses neste cargo. No capítulo celebrado no convento de Angra a 11 de Setembro desse ano, foi eleito guardião, permanecendo nesse cargo três anos e meio. Durante este período, em que arruinou a igreja, foi construído um corredor de acesso ao coro alto pelo grand do convento, construindo-se também uma cela por baixo do dito



Detalhe da galeria do piso térreo do claustro (junto à igreja, que liga a portaria à casa de profundos [12-08-2007]), Convento de S. Boaventura (Museu das Flores).

grande (Gomes, 2003: 726). Fr. Bernardino de Santa Clara foi substituído por Fr. Manuel de Jesus, que presidiu ao convento durante um ano, sendo a igreja novamente armada e coberta de telha durante a sua presidência, tornando assim a poder-se celebrar os officios no templo com as condições necessárias. Em 1690, Fr. Baltazar dos Reis foi eleito guardião, levantando-se “a parede da capela da banda de dentro, que arruinou e se tornou a pôr nos alicerces” (Gomes, 2003: 726). No ano seguinte, Fr. Manuel dos Reis, com esmolas da comunidade local, “rebocou parte da Igreja por dentro, que estava em pedra”.

Apesar das referências não serem detalhadas quanto às festividades mais importantes celebradas no convento de S. Boaventura, o calendário da comunidade deveria incluir as principais festas dos santos da Ordem, nomeadamente a de S. Francisco e Santo António, assim como a de S. Boaventura, a quem o convento havia sido dedicado. Estas eram na sua totalidade festas de nove lições, com o officio de Matinas solene, o que implicaria uma grande exigência em termos litúrgico-musicais da comunidade religiosa residente em Santa Cruz, uma vez que se tratava de uma comunidade pequena que, como anteriormente mencionado, não excederia a dezena de religiosos.

A título de exemplo, percorrendo o *Manuale Romanum* setecentista para uso dos franciscanos da província dos Algarves, encontram-se várias rubricas particulares para os momentos processionais na festa de S. Francisco. É esse o caso do hino *Proles de castro prodit*, da antífona *Sabre Sancti Pater* e do hino *Crucis Christi assis Aheruae*. Para a festa de Santo António estava destinado o hino *Exultabatur hodie Christo* e a antífona *O Jesu perpetua lux* (Conceição, 1758: I, 107-114). A festa de S. Boaventura, celebrada a 14 de Julho, uma festividade *duplex de segunda classe*, incluía uma missa seguindo o comum para bispo, confessor e Doutor da Igreja. Desta forma o próprio inicia com o *introitus In medio Ecclesiae*, o *graduale O justis mediator*, o alélua *Invocavit Dominus*, o *offertorium Invocavit David servum meum* e o *communio Fidelis servus* (Missae, 1700: 29-30). De entre as várias comemorações de S. Francisco durante o Ano Litúrgico, haverá a destacar a festa deste Santo, a 6 de Outubro, utilizando o comum de um confessor. Desta modo, o *introitus* seria *Gaudemus cum in Domino*, o *graduale O justis mediator*, o alélua *O Patriarcha pauperum*, o *offertorium Fertiles esse* e o *communio Fidelis servus* (Missae, 1700: 58-59).

A inexistência de livros litúrgico-musicais pertencentes ao convento não permitem uma análise mais detalhada do tipo de

cantochão em uso na comunidade de Santa Cruz, uma vez que os livros utilizados neste estudo são manuais generalistas, impressos para circulação pelo mundo Ocidental, sabendo-se que a província de S. João Evangelista não fosse alheia ao seu uso. Também a pouca documentação que sobreviveu do convento, apesar de identificar algumas festas, como é o caso das festas marianas da Purificação e Assunção da Virgem, não esclarecem em grande detalhe quais seriam as grandes festividades celebradas pela comunidade, para além dos aniversários e officios *pro defunctis* celebrados pelo padre Ignácio Coelho, padroeiro do convento. É de supor, porém, que as festas particulares da ordem franciscana, como é o caso das várias festividades em honra de S. Francisco celebradas ao longo do Ano Litúrgico, de Santo António e, em particular, de S. Boaventura, tivessem um lugar central e com solenidade especial nas celebrações litúrgico-musicais do convento. Estas celebrações terão decorrido de forma irregular ao longo da segunda metade do século XVII. As constantes demolições e reconstruções da igreja do convento apenas terão permitido um decurso normal da liturgia musical da comunidade possivelmente apenas a partir do século XVIII, não restringido, porém, a sua celebração "com a solenidade possível", uma vez que os franciscanos estariam já adaptados à vida difícil na ilha das Flores (e Corvo), territórios isolados, no extremo ocidente da Europa do século XVII.

#### NOTAS

1. Esta escritura foi trasladada para o *Livro do concerto e da depoua do convento franciscano de São Boaventura de ilha das Flores 1733-1738*, transcrita em Monte Alverno, 1962, III: 107-108 e Gomos, 2003: 719-720.
2. A informação referente à actividade no convento de S. Boaventura provém do *Livro do concerto e da depoua do convento franciscano de São Boaventura de ilha das Flores 1733-1738*, actualmente conservado na Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça, Horta. Alguns excertos do conteúdo deste livro foram publicados em apêndice documental em Gomos, 2003, Documentos N.º 26, 27, 28 e 31. Neste estudo será citada a transcrição deste autor.
3. Conquistamento que dava entrada para o refeitório do convento onde era recitado o salmo *De profundo clamavi* em sufrágio dos mortos. Era neste espaço que os religiosos confessavam em voz alta as suas faltas contra a Regra e depois, em penitência, recitavam o respectivo salmo (Monte Alverno, 1962, III: 27).

**BIBLIOGRAFIA**

- CAEREMONIALE (1680) - *Caeremoniale Romanum ad usum Fratrum Ibi. Obser. Sancti Francisci*. Roma: Ex Typographia Sacrae Congreg. de Fide Propag.
- CHAGAS, Fr. Diogo das (1889) - *Epitáfio Cristafino em Jardim de Fátima Flores*. Dir. Artur Teodoro de Matos. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura.
- CONCEIÇÃO, Fr. Manuel da (1738) - *Manuale Romano-Scythicum ad usum Fratrum Minorum Albarum Provinciae Algarbiarum Ordinis Sancti Francisci*. Lisboa: Ex Praeco Michaelis Marescal da Costa. 2 Vols.
- CORREIHO, António (1717) - *História Lusitana das Ilhas a Portugal Sagradas no Género Occidental*. Lisboa: Na Officina de Antonio Pedrozo Galvão.
- COSTA, Susana Goulart (2008) - *Açores, Nove Ilhas, Uma História*. Institute of Government Studies/University of California.
- DRUMOND, Francisco F. (1880) - *Apostamentos Topográficos, Políticos, Cívicos e Ecclesiásticos para a História das nove Ilhas dos Açores servindo de complemento aos Anais da Ilha Terceira*. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira.
- FRUTUOSO, Gaspar (2002) - *Saudade da Terra*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada. Livro VI.
- GOMES, Francisco (2002) - *Ilha das Flores: Da Redescoberta à Actualidade (Subsídios para a sua História)*. Lajes das Flores: Câmara Municipal de Lajes das Flores.
- MÁCEDO, António da Silveira (1881) - *História das quatro ilhas que formam o Distrito da Ilha*. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura/Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- MISSAE (1709) - *Missae Propriae Sanctiorum Trinum Ordinum Fratrum Minorum ad usum Missae Romani*. Venezia: Sumptibus Pauli Balloerri.
- MONTE ALVERNE, Fr. Agostinho de (1980-88) - *Crónica da Paróquia de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores*. 3 vols., Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.

pirações ganharam maior êxito após a Restauração, uma vez que grande parte dos franciscanos açorianos eram partidários da Casa de Bragança, apoiando assim o futuro rei D. João IV (Chagas, 1989: 50-54). Esta mudança política está intimamente ligada à fundação do convento de S. Boaventura na ilha das Flores, assim como aos indivíduos envolvidos na sua fundação, como mais adiante se verá.

Em 1641 foi realizado o primeiro Capítulo Provincial da recém-criada Província de São João Evangelista dos Açores, no convento de Nossa Senhora da Conceição em Ponta Delgada, ficando instalado a sede da província no convento de Angra. Estiveram envolvidos no processo de criação da Província dos Açores Fr. Mateus da Conceição, e Fr. Diogo das Chagas (ambos naturais da ilha das Flores e irmãos do padre Ignácio Coelho), partidários de D. João IV. Fr. Mateus da Conceição alcançou grande prestígio na Província açoriana, assim como o seu irmão Fr. Diogo das Chagas, autor de uma das obras de referência na historiografia do arquipélago (*o Espelho Cristalino ou Jardim de Fátima Flores*), que também ocupou cargos de importância dentro da hierarquia da Província, tendo sido eleito vigário provincial no segundo Capítulo (Monte Alverne, 1989: I, 49). Foi neste contexto da Ordem franciscana no arquipélago açoriano que se esboçou a fundação do convento de S. Boaventura na vila de Santa Cruz das Flores.

Esta ilha das Flores - o mais ocidental território europeu - terá sido descoberta possivelmente em meados do século XV, sendo a sua descoberta atribuída a Diogo de Teive numa carta de D. Afonso V data de 1475 (Gomes, 2003: 7-8). O descobrimento tardio desta ilha, como a do Corvo (durante muito tempo considerado um ilhéu das Flores), relativamente às restantes ilhas do arquipélago implicou que o seu povoamento tivesse sido iniciado também bastante tarde relativamente às congéneres que, no início do século XVI, possuíam já núcleos urbanos relativamente consolidados. O povoamento das Flores foi realizado em duas fases fundamentais. Num primeiro momento os senhores da ilha - Teives e Teles de Meneses - não tomaram a questão do povoamento muito além do patrocínio de uma experiência infrutífera realizada pelo flamengo Willelm Van den Hage (Gomes, 2003: 41). A segunda e definitiva fase de povoamento da ilha decorreu no início do século XVI, quando a capitania passou dos Teles de Meneses a João da Fonseca, natural de Évora, estando já a ilha povoada por volta de 1514 (Gomes, 2003: 44).